

NOS MEANDROS DA INDUSTRIALIZAÇÃO NA PENÍNSULA DE ITAPAGIPE: LUGARES DE MEMÓRIA DOS TRABALHADORES E O ENSINO DE HISTÓRIA NA CIDADE DE SALVADOR/BA

IN THE INTRICACIES OF INDUSTRIALIZATION IN THE ITAPAGIPE PENINSULA: PLACES OF MEMORY OF WORKERS AND HISTORY TEACHING IN THE CITY OF SALVADOR/BA

Marilécia Oliveira Santos

Professora Titular do curso de História da Universidade do Estado da Bahia (UNEB), Campus II.

Resumo: A proposta desse artigo é discutir possibilidades de problematizações dos lugares de memórias dos trabalhadores e das indústrias da Península de Itapagipe nas aulas de História nas diversas etapas da educação básica, pensando essa experiência a partir dos espaços educacionais dedicados ao Ensino Fundamental (Anos Iniciais e Anos Finais), Ensino Médio e/ou EJA situados na cidade de Salvador, capital da Bahia. Do final do século XIX até a metade do século XX, a referida Península vivenciou uma intensa atividade industrial que envolveu muitos dos seus moradores. Com o processo de migração das indústrias e incentivo a criação de novas plantas industriais na região Metropolitana da capital baiana, Itapagipe sofreu profundas transformações no seu espaço físico e nas condições de sobrevivência dos seus habitantes. Discutir esses temas em sala de aula, pensando uma relação presente/passado, pode contribuir para um Ensino de História renovado, que conecte o local com o global e permita que professores e discentes construam um conhecimento a partir de experiências históricas que estão no seu entorno, que apresentam vínculos diretos com suas trajetórias de vida e dos seus antepassados.

Palavras-chave: Península de Itapagipe; Salvador/BA; Lugares de memória, Trabalhadores; Ensino de História.

Abstract: The purpose of this article is to discuss possibilities for problematizing the memory places of workers and industries in the Itapagipe Peninsula in History classes at the various stages of basic education, thinking about this experience from the educational spaces dedicated to Elementary Education (Early Years and Years Finals), High School and/or EJA located in the city of Salvador, capital of Bahia. From the end of the 19th century to the middle of the 20th century, the aforementioned Peninsula experienced intense industrial activity that involved many of its residents. With the process of industrial migration and encouragement of the creation of new industrial plants in the Metropolitan region of the capital of Bahia, Itapagipe underwent profound transformations in its physical space and in the survival conditions of its inhabitants. Discussing these themes in the classroom, thinking about a present/past relationship, can contribute to a renewed History Teaching, which connects the local with the global and allows teachers and students to build knowledge based on historical experiences that are around them, which have direct links with their life trajectories and those of their ancestors.

Keywords: Itapagipe Peninsula; Salvador/BA; Places of memory, Workers; Teaching of History.

INTRODUÇÃO

O objetivo desse artigo é discutir possibilidades de problematizações dos lugares de memórias dos trabalhadores e das indústrias da Península de Itapagipe nas aulas de História nas diversas etapas da educação básica, pensando essa experiência a partir dos espaços educacionais situados na cidade de Salvador, capital da Bahia. No primeiro momento, analisamos alguns aspectos históricos da Península. Em seguida, discutimos como a região de Itapagipe se configura como um lugar de memória para a industrialização da Bahia e os trabalhadores baianos. Depois, apresentamos alguns dados referentes às instituições escolares existentes na região estudada, destacando duas delas. Por fim, trazemos algumas indicações de abordagens do tema na sala de aula, pensando sugestões de atividades que podem ser desenvolvidas por professores de História.

De acordo com o Mapa das Regiões Administrativas do município de Salvador, a Península de Itapagipe é composta pelos bairros/localidades do Uruguai, Boa Viagem, Bonfim, Monte Serrat, Vila Rui Barbosa, Calçada, Massaranduba, Ribeira, Mares, Roma, Caminho de Areia e Alagados (PDDU, 2024). Itapagipe está localizada na capital baiana “em um braço de terra que se projeta harmoniosamente à Baía de Todos os Santos, em um terreno basicamente plano, que se eleva apenas na Colina do Bonfim” (LUTHER, 2012: 48).

Localização geográfica da Península de Itapagipe na cidade de Salvador/BA



Fonte: Mapa criado a partir do Google Maps

Esta importante área da capital da Bahia atrai soteropolitanos e turistas pelo seu patrimônio arquitetônico e histórico, além da realização de importantes festas populares do calendário religioso de Salvador. Itapagipe é hoje um espaço superpovoado, e que reúne paisagens diversas, desde a famosa feira de São Joaquim, o histórico prédio da Estação Ferroviária da Calçada, ruínas e mais ruínas de grandes casarões abandonados, e a exuberância das suas praias, cercadas por fortes e igrejas.

ASPECTOS DA PENÍNSULA DE ITAPAGIPE

Como resultado de um detido estudo sobre a “antiga indústria de Itapagipe” e as “possibilidades de sua reconversão”, Maria Helena Flexor e Peter José Schweizer (2011: 16) reuniram uma coletânea de textos produzidos por autores que discutiram as complexidades desse território peninsular. O projeto que deu origem ao livro se propunha a “inventariar as friches”¹ dessa região da capital da Bahia, “com interesse numa eventual reutilização das mesmas pela participação dos principais agentes socioeconômicos e comunitários já envolvidos na política de transformar a Península”. Em 2011, período da realização do estudo, a Península de Itapagipe contava com uma população “superior a 175 mil habitantes, e um índice de analfabetismo bastante elevado”. Pelos dados levantados no período, a área se caracterizava como uma das “mais pobres da Cidade” de Salvador, com uma diversidade espacial e ocupacional “constituída por quatorze bairros” que foram assim caracterizados:

- a) eixo turístico – que concentra o patrimônio histórico e cultural, compreendendo os bairros da Ribeira, Bonfim, Monte Serrat e parte da Boa Viagem e do Uruguai;
- b) área mista – que compreende os bairros de Dendezeiros, Vila Rui Barbosa, Machado, Itapagipe, Roma e Mares, que abrigam comércio e residências;
- c) área dos Alagados – constituída pelos bairros da Massaranduba, Jardim Cruzeiro e parte do Uruguai, que reúnem a maior parcela da população de baixíssima renda (FLEXOR In: FLEXOR; SCHWEIZER, 2011: 16).

No alto da Colina Sagrada fica a Igreja do Bonfim, ponto ápice da tradicional e mundialmente famosa festa do Senhor do Bonfim ou Lavagem do Bonfim, que representa uma das mais destacadas datas do calendário de festas populares da cidade. A data da festa não é fixa e ocorre na quinta-feira que precede o segundo domingo do dia de Reis, em janeiro. No domingo, ocorre a procissão saindo da Igreja dos Mares (bairro do Uruguai) e segue até a Colina Sagrada. Como extensão da festa do Bonfim, ainda acontece a Segunda-feira Gorda da Ribeira ou Segunda do Bonfim, festa que teria começado pela permanência dos romeiros na região em virtude das di-

1. O conceito de friches industriais tem sido utilizado para refletir sobre os espaços que experienciaram períodos de produção industrial acentuada e que, ao não mais se vincular a tal função, exibem os vazios industriais ou grandes estruturas com outros usos como galpões, depósitos, armazéns ou mesmo ruínas em estágio avançado de degradação. O conceito está associado as propostas de redução da depauperização do patrimônio industrial e/ou revitalização dos espaços vinculando-os a atividades que os integrem a identidade dos grupos sociais do seu entorno. Para uma melhor compreensão do conceito acessar: REY, Emanuel. *Régénération des friches urbaines et développement durable. Vers une évaluation intégrée à la dynamique du projet*. Paris: Librairie Wallonie, 2012.

ficuldades com transporte para retornarem aos seus lugares de origem.

Outras celebrações importantes do calendário das festas populares da Bahia e que ocorrem há mais de 200 anos envolvendo outras igrejas da Península de Itapagipe, são as homenagens à Nossa Senhora da Boa Viagem e ao Bom Jesus dos Navegantes. As festividades incluem duas procissões. Uma é realizada no dia 31 de dezembro, cujo percurso começa no Largo da Boa Viagem e termina na Basílica da Conceição da Praia. A outra é uma procissão marítima e uma das festas mais populares. Acontece no dia 1º de janeiro e reúne embarcações de variados tamanhos e modelos que acompanham a Galeota Gratidão do Povo, pequena embarcação que conduz a imagem de Nosso Senhor dos Navegantes pelas águas da Baía de Todos os Santos.

Entre as edificações antigas e que compõem o patrimônio arquitetônico da Península, destacamos o Farol da Ponta de Humaitá que teve sua construção iniciada em 1583 e foi concluída em 1742; a “Igrejinha”, construída em 1580; e o Mosteiro Monte Serrat, datado de 1679. Outra edificação que destacamos é o Forte de Nossa Senhora de Monte Serrat (1735-1749) que representa uma das obras militares mais arrojadas do Brasil Colonial. Embora tenham ocorrido reformas nas estruturas, a planta original se mantém. Desde o ano de 1993, o Forte abriga o Museu das Armas onde exhibe armamentos civis e militares utilizados pelo Exército em períodos distintos

Aline de Carvalho Luther (2012: 53) afirma que “no final do século XIX” ainda permanecia a “imagem de que a Península de Itapagipe era um lugar salubre e propenso à instalação de equipamentos para o tratamento de enfermidades”. Isso porque, “desde a colonização a orientação era que os enfermos” que chegassem “das viagens ultramarinas deveriam permanecer por algum tempo na Península para que recuperassem a saúde e não transmitissem enfermidades para a população das áreas mais densas da cidade.” Ao que parece, foi essa crença que mobilizou a construção da Real Sociedade Portuguesa de Beneficência (Hospital Português) entre 1864 e 1866, além do Asilo D. Pedro II em 1887 nas imediações, bem como a instalação de casas de veraneios construídas por famílias de alto poder aquisitivo da Bahia.

Em paralelo a este cenário de caráter bucólico e salubre, acontecia outro processo ligado ao desenvolvimento do capitalismo em terras baianas. Na segunda metade do século XIX e primeiras décadas do século XX começaram a convergir para a Península de Itapagipe muitas empresas, o que fez com que aquela área da cidade se caracterizasse “também, por ter abrigado, por mais de um século, a quase totalidade das indústrias de Salvador” (FLEXOR In: FLEXOR; SCHWEIZER, 2011: 16). De acordo com os dados do IPTU da cidade de Salvador e do Atlas de 1956, até meados do século XX, na região itapagipana estiveram concentradas a maioria das indústrias do ramo de bebidas, alimentos, cigarros, calçados, têxteis e metalúrgicas. Ceila Rosana Carneiro Cardoso (2004: 102) apurou que “entre 1891 e 1945, se instalaram na Península 112 unidades industriais”. Nesse cenário, grande número de trabalhadores se instalara na região, construindo suas vidas em torno dos prédios industriais.

Um grande exemplo desse processo foi a inauguração, em 1891, da Companhia Empório Industrial do Norte (CEIN), conhecida também como Fábrica da Boa Viagem ou Fábrica de Luiz Tarquínio, seu idealizador. O Complexo industrial, composto por um grandioso projeto arquitetônico e uma Vila Operária com oferta de serviços internos, foi uma das maiores in-

dústrias têxteis brasileiras durante as primeiras décadas do século XX considerando número de operários, teares e produção. (SANTOS, 2000). A CEIN enfrentou sucessivas crises e em diferentes momentos vendeu seus ativos como o campo de futebol e seções da Vila a outras empresas como um quarteirão e meio que foi vendido a indústria de cigarros Souza Cruz no ano de 1925. A CEIN entrou em falência e encerrou suas atividades em 1973. Após uma longa disputa com os poderes públicos os antigos operários da fábrica e moradores da Vila receberam as escrituras das respectivas casas (SANTOS, 2017).

Em 1900 a indústria de refrigerantes Fratelli Vita começou a funcionar na Calçada. Os proprietários eram os irmãos Francisco e José Vita. Pela dificuldade com embalagens, eles ampliaram os negócios para além das bebidas, instalando também a Fábrica de Vidros Fratelli Vita (CAMARGO In: FLEXOR; SCHWEIZER, 2011). Os produtos desta indústria alcançaram grande importância nos círculos da sociedade baiana por ter assumido o símbolo de requinte, sobretudo pela produção de cristais (GADELHA, 2007: 78).

No ano de 1944 as famílias Chindler e Adler, de origem suíça e naturalizadas brasileiras, fundaram a Chadler Industrial da Bahia nos Mares. Produzia licor, manteiga, pó de cacau e chocolate e “teve grande influência na economia e na vida das pessoas” que residiam nas suas imediações. A empresa enfrentou muitos processos por conta da poluição ambiental que gerava e buscou estabelecer ações para amenizar os conflitos com a população do seu entorno, como abrir suas instalações para receber escolas doando chocolates as crianças, além de chegar “a investir US\$ 3 milhões para atender requisitos da legislação ambiental”. A Chadler funcionou na localidade por pouco mais de 50 anos e teve de sair em virtude do agravamento dos conflitos locais e do desgaste acumulado. Como estratégia, teve seu nome modificado e foi vendida a um grupo estrangeiro (SANTOS, 2016: 17).

Somava-se a estas experiências citadas, outras fábricas que produziam uma variedade de produtos reunindo trabalhadores com diferentes habilidades e vinculados a saberes e ofícios distintos. Na década de 1940 a administração da cidade buscava encontrar meios de estimular a industrialização e ao mesmo tempo definir e delimitar suas áreas de ocupação no espaço citadino. Para tanto, foi criado o Escritório do Plano de Urbanismo da Cidade do Salvador (EPUCS) elaborado entre 1942 e 1947 conduzido por uma equipe multidisciplinar e capitaneado pelo engenheiro e urbanista Mário Leal Ferreira (1895-1947). O resultado foi a criação de diretrizes para guiar o planejamento da cidade. No ano seguinte, mais precisamente em 24 de março de 1948, a prefeitura de Salvador publicou o Decreto Lei de número 701 cuja meta era definir e “localizar as atividades bem diferenciadas da população urbana em setores próprios” dividindo a zona urbana em “12 setores” e dentre eles uma área ficou definida como “zona industrial”. Esta correspondia aos subdistritos de Mares, Penha e São Caetano, localizados na Península de Itapagipe.

Para Milton Santos (1958: 16) essa área teria sido escolhida pela prefeitura de Salvador e seus urbanistas para intensificar as instalações e mesmo promover a ampliação das indústrias já existentes na localidade por algumas razões. O terreno era constituído por trechos de terra firme e também “pelo braço de mar” pertencente a Marinha. Assim, mesmo que elevasse o custo com o aterro das partes alagadiças não seria necessária a desapropriação que oneraria os

investimentos. Ademais, havia a “proximidade a um tempo da ferrovia, da rodovia e do porto”. Contudo, Santos (1958:16) destacou que, na prática, “o zoneamento legal foi substituído pelo zoneamento de fato”, e isso se deu pelo acentuado aumento de construções residenciais populares, muitas em condições precárias e em arranjos improvisados. Com base nos dados do IBGE e em outros estudos realizados no período, o geógrafo afirmou que “entre 1940 e 1950 foi impressionante o crescimento” da população e das edificações “nos subdistritos” que formavam a península itapagipana. Podemos inferir que a população pobre da cidade e mesmo de outras localidades foi atraída pela possibilidade de construir suas moradias, ainda que irregulares e precárias bem como pela possibilidade de conseguir emprego nas proximidades com o incentivo oficial para à industrialização no local.

O problema da moradia em Salvador era antigo. Em estudo realizado sobre condições de habitação no final do século XIX e primeiras décadas do XX, Mario Augusto Santos (1990) constatou que a história da cidade na Primeira República foi marcada pelo acúmulo de problemas sociais e a moradia foi um dos mais graves, principalmente para a população pobre, que chegava a cidade em busca de melhores condições de vida.

A administração pública buscava atenuar os conflitos dando incentivos para construções de casas para operários ou mesmo para servirem de “locação a preço cômodo” para operários (APMS, 1890). No Arquivo Público Municipal de Salvador consta uma vasta documentação de petições feitas com o argumento de que as construções serviriam para moradia de pobres (SANTOS, 2000). Desta forma, pequenos e médios proprietários buscavam se valer dos incentivos e obter lucros dividindo casas em cômodos menores e construindo pequenos cubículos nos seus quintais para alugar.

Luiz Cardoso (1991: 122) destacou que no primeiro mandato de J. J. Seabra como governador da Bahia (1912–1916), foi promovida “uma política de incentivo à construção de casas destinadas ao atendimento da crescente demanda habitacional de Salvador” e que nos distritos da Península de Itapagipe foram construídas 48% das unidades. E que, deste percentual, 82,03% foram habitações proletárias construídas no distrito de Mares e essas medidas estariam em sintonia com a “implantação da indústria em Salvador que, historicamente” se localizava naquela “mesma região ou em seus arredores” intensificando a presença de fábricas, depósitos e estaleiros (CARDOSO, 1991: 127).

Ao que parece, a dificuldade para ampliação das plantas industriais das fábricas que se encontravam na localidade e para a instalação de novas foi se agravando e, na segunda metade do século XX o cenário industrial na península sofreu profundas mudanças com o direcionamento dos investimentos econômicos para outras áreas do território baiano.

Ainda na década de 1950 ocorreu a construção do Terminal Marítimo de Madre de Deus (TEMADRE) e a implantação da Refinaria Landulpho Alves (RLAM) no município de São Francisco do Conde, que integra a Região Metropolitana de Salvador, dando início a exploração e refino do petróleo. Nas décadas seguintes, em decorrência da política nacional-desenvolvimentista que visava a intensificação da industrialização e redução das desigualdades regionais, foi criado, no ano de 1967, o Centro industrial de Aratu (CIA), um complexo industrial construído nos municípios de Simões Filho e Candeias e caracterizado pela indústria metal-mecâni-

ca. Neste período também ocorreu a construção do Porto de Aratu. Em 1978, sintonizado com o conceito de polo de crescimento como indutor do processo de desenvolvimento proposto por François Perroux (1903-1987), foi criado o Polo Industrial de Camaçari no município de Camaçari se estendendo até o município de Dias d'Ávila.

Os investimentos governamentais contribuíram para atração de grande volume de investimentos privados para essas novas áreas da Região Metropolitana de Salvador. Ainda na década de 1970 constatou-se a suplantação da atividade agroexportadora pela industrial no território baiano (BAHIA, 1974). Em paralelo a esses investimentos na Região Metropolitana, as indústrias instaladas na Península de Itapagipe entraram em declínio. Muitos foram os conflitos que elas vivenciaram com a população local por conta das questões ambientais e a própria lógica dos investimentos industriais sofreram significativas alterações. Recuperando Milton Santos, “o zoneamento de fato” se impôs ao “zoneamento legal” planejado nos anos de 1940 e 1950 e isso se deu pela dinâmica local, mas também pelas opções de investimentos governamentais em outras áreas.

A PENÍNSULA DE ITAPAGIPE COMO “LUGAR DE MEMÓRIA” DOS TRABALHADORES BAIANOS

Foram diversificados os motivos do encerramento das atividades de muitas indústrias ou a dispersão das plantas industriais que migraram da Península de Itapagipe para outras regiões. Os locais abandonados, as ruínas ou edificações que permaneceram, guardam reminiscências das lutas dos trabalhadores e moradores locais por melhores condições de trabalho e sobrevivência. Ao longo dos anos, alguns desses espaços tornara-se um problema para quem vive perto, por conta do risco de desabamentos, já outros, em melhores condições, foram sendo ocupados e tiveram diferentes usos feitos pela própria população, sendo transformados em locais de moradia ou de lazer. Hoje, fazem parte de um emaranhado urbano carregado de significados simbólicos que podem ser pensados enquanto “lugares de memória” para os trabalhadores da cidade de Salvador.

Quando nos referimos à ideia de lugares de memória, entramos em diálogo com os estudos de Pierre Nora. Em 1984 o historiador francês publicou *Les lieux de mémoire*, obra que foi fruto dos seminários que ocorreram entre os anos de 1978 e 1981 na Escola de Altos Estudos em Ciências Sociais da França. Para Nora, naquele contexto de transformações sociais, rupturas com o passado e acelerações da história promovendo profundas incertezas sobretudo nas questões relacionadas a identidade e pertencimento, os “lugares de memória” emergiam como fundamentais para enfrentar os dilemas do esquecimento histórico. O autor chamou a atenção para o fim da memória como prática social vivida de forma coletivamente e da necessidade de produzi-la de modo induzido. O propósito dos seminários e da publicação da coletânea foi a realização de um “inventário dos lugares onde essa memória estaria encarnada” (NORA, 1997:15). Buscava-se assim designar os lugares que continham a memória nacional construída na experiência vivida por grupos e experimentadas nos embates entre lembranças e esquecimentos.

Muitos estudos se valem dessa perspectiva para refletir sobre patrimônio industrial, seus usos e políticas públicas para revitalização dos espaços que guardam as memórias dos trabalhadores. Alguns historiadores, vinculados aos estudos dos mundos do trabalho, discutem as experiências vivenciadas pelos trabalhadores por meio dos lugares em que eles habitaram, trabalharam, festejaram, professaram diferentes crenças e transitaram (FONTES, 2023).

No processo de desativação das indústrias da Península de Itapagipe foi crescente o desemprego e empobrecimento da população local, agravando os problemas sociais e econômicos na área. Contudo, os moradores não ficaram passivos e muitas foram as mobilizações que resultaram em criação de entidades locais com propósito e períodos distintos. No ano de 1998, foi criada a Comissão de Articulação e Mobilização dos Moradores da Península de Itapagipe (CAMMPI) que se configurou como um “espaço de mobilização e ação articulada das organizações comunitárias e empreendimento econômicos solidários da Península de Itapagipe” e foi “formado por associações, grupos, ONGs com a finalidade de propor e exercer o controle de políticas sociais implementadas no território” (SOARES In: FLEXOR; SCHWEIZER, 2011: 53/54).

As edificações abandonadas e algumas ruínas promovem insegurança para os moradores do seu entorno e a população local se mobiliza reivindicando que as edificações sirvam a outros fins de interesse da coletividade. Outras edificações funcionam como depósitos de produtos distintos. Elas compõem um significativo acervo do patrimônio industrial da Bahia. Impregnado neste acervo também estão os registros da vivência cotidiana, lutas, conquistas, festas, alegrias e tristezas de trabalhadores baianos. As edificações são testemunhos históricos do passado industrial e evidenciam as marcas de diferentes temporalidades. Conforme Sandra Jathay Pesavento (2004: 26), “há um tempo que se escoou mas que deixou vestígios que podem ser recuperados” numa investigação atenta do observador. As alterações realizadas ao longo do tempo nas edificações deixam uma “superposição de camadas de experiência de vida que incitam ao trabalho de um desfolhamento, de uma espécie de arqueologia do olhar” e assim percebermos aquilo “que se encontra oculto, mas que deixou pegadas, talvez imperceptíveis, que é preciso descobrir”.

Diante dessa discussão, podemos afirmar que é possível reconhecer nas edificações e ruínas vinculadas à indústria da Península de Itapagipe vestígios das experiências vividas por trabalhadores em períodos distintos. Registros que possibilitam identificar lugares de lutas e também de festas. Nesses lugares, a população que ali viveu e ainda vive construiu sua identidade social e suas vinculações com os mundos dos trabalhos. Acreditamos que é importante tornar público esse debate e integrar essa história local de Itapagipe no Ensino de História com vistas a preservar a memória dessa região da cidade de Salvador diante dos esquecimentos operados pelo tempo presente. Antes de promover um ensino sobre industrialização, trabalhos e trabalhadores no Brasil a partir de referências centradas exclusivamente em algumas regiões, é fundamental e instigante tratar de experiências do próprio lugar, o que possibilita uma ampliação do conhecimento histórico sobre o tema.

Desta forma, pensando o Ensino de História ofertado na cidade de Salvador, nós sugerimos algumas questões: como os jovens residentes na Península de Itapagipe podem ter esta curio-

sidade aguçada e terem este olhar despertado para o passado industrial e operário da região em que vivem? Como despertar uma consciência social e espacial crítica da realidade em seu entorno? Acreditamos que as escolas e colégios da área podem e devem assumir um papel importante neste propósito. E mais, que o Ensino de História deve conduzir o processo que pode ser efetivado em ações conjuntas com as demais áreas de conhecimento, partindo justamente da criação, preservação e exploração educacional dos “lugares de memória”.

De acordo com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), “A educação básica tem por finalidades desenvolver o educando, assegurar-lhe a formação comum indispensável para o exercício da cidadania e fornecer-lhe meios para progredir no trabalho e em estudos posteriores” (LEI 9394/96). Acorado nesta orientação e com o propósito de promover um Ensino de História que faça sentido para os estudantes, vemos o papel das escolas locais para promoverem um ensino de história mais significativo para os estudantes estabelecendo conexões entre a História local e a História geral e do Brasil uma vez que os acontecimentos locais não estão desconectados dos acontecimentos mais amplos e reverberam a própria lógica e alterações do sistema capitalista.

AS INSTITUIÇÕES ESCOLARES NA PENÍNSULA DE ITAPAGIPE E O ENSINO DE HISTÓRIA

A península de Itapagipe reúne hoje mais de 20 unidades de ensino público entre centros, escolas e colégios dedicados ao Ensino Fundamental (Anos Iniciais e Anos Finais), Ensino Médio e/ou EJA. Atende estudantes dos bairros que compõem a Península e de outras localidades mais distantes que para lá se deslocam diariamente em busca de formação.

Dentre as unidades escolares públicas destacamos o Colégio Estadual Costa e Silva, localizado na Ribeira. É um colégio de grande porte que funciona nos três turnos e oferta o Ensino Médio e Supletivo, focando na educação profissional. Com base nos dados do Censo Escolar referente ao ano de 2023, o Colégio contou com 72 professores, 1491 alunos matriculados no Ensino Médio e 334 no EJA. Possui quadra esportiva coberta, auditório, biblioteca refeitório e suas salas e banheiros foram adaptados para inclusão e acessibilidade.

Outra unidade escolar que frisamos é o Colégio Estadual Luiz Tarquinio, localizado na Boa Viagem onde funcionou a escola da Vila Operária da Companhia Industrial do Norte (CEIN) denominada Rui Barbosa. Ao longo do tempo a escola sofreu diversas reformas e ampliações para atender à crescente demanda da região e foi incorporada pela Secretaria de Educação do Estado da Bahia. Hoje oferece Ensino Fundamental - Anos Finais e Ensino Médio durante o dia. Com base nos dados do Censo Escolar de 2023, o Colégio contou com 74 professores, 531 alunos cursando os Anos Finais e 298 no Ensino Médio. Possui quadra de esportes coberta, sala de leitura, cozinha, refeitório, biblioteca e suas salas e banheiros também foram adaptados para inclusão e acessibilidade.

Estas instituições evidenciam uma grande demanda escolar da área e consideramos que muitos dos estudantes matriculados nelas têm suas histórias familiares vinculadas a experiência industrial vivenciada na Península. Cabe destacar que, na localidade, ainda existem fábricas de

médio e pequeno porte em funcionamento e outras gerações de trabalhadores ganham suas vidas como operários dessas empresas e muitos dos seus filhos estão inseridos na rede de ensino da região. Ademais, alguns estudantes maiores de idade também são trabalhadores e vivenciam o cotidiano do chão das indústrias.

Os professores de História que atuam nos Colégios citados e mesmo de outras escolas, podem desenvolver atividades sobre os mundos do trabalho na Península de Itapagipe sintonizados com os “Conteúdos de História para o primeiro ciclo – Eixo temático: História Local e do Cotidiano”. Este preconiza que “os estudos da história local” conduzam “aos estudos dos diferentes modos de viver no presente e em outros tempos, que existem ou que existiram no mesmo espaço” (PCN, 1997: 40). Importante destacar que os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN) é um documento voltado para as séries iniciais do Ensino Fundamental (SANCHES, 2015). Nele conta que, os objetivos do estudo da História é que, no final do primeiro ciclo os alunos sejam capazes de:

Comparar acontecimentos no tempo, tendo como referência anterioridade, posterioridade e simultaneidade; reconhecer algumas semelhanças e diferenças sociais, econômicas e culturais, de dimensão cotidiana, existentes no seu grupo de convívio escolar e na sua localidade; reconhecer algumas permanências e transformações sociais, econômicas e culturais nas vivências cotidianas das famílias, da escola e da coletividade, no tempo, no mesmo espaço de convivência; (...) estabelecer relações entre o presente e o passado (PCN, 1997: 39-40).

Deste modo, o ensino de História pode contribuir com o processo de construção de identidade e reflexões sobre pertencimento levando em conta as relações pessoais, afetivas e convivência nos grupos que os estudantes integram valorizando as experiências vividas pelos que ali os precederam. Ademais, o professor de História poderá aprofundar o estudo conectando aquele conhecimento com o produzido sobre contextos mais amplos.

Estamos considerando aqui a prática do professor de História que vai além da ação de transmitir conhecimento. Esta ação é importante. Contudo, estamos propondo uma prática em que o professor extrapole esta ação e contribua para que o conhecimento histórico ganhe sentido e significados para os alunos e para ele próprio na docência. Estamos falando da construção de conhecimento que seja feita a partir da interação entre docente e discentes a partir das suas experiências de vida. A seguir, apresentaremos algumas proposições de problematizações dos lugares de memórias dos trabalhadores da Península de Itapagipe nas aulas de História nas diversas etapas da educação básica, pensando as instituições escolares da região estudada.

O ENSINO DE HISTÓRIA E AS POSSIBILITARES DE ABORDAGEM DOS “LUGARES DE MEMÓRIA” DOS TRABALHADORES NA PENÍNSULA DE ITAPAGIPE

Como dito anteriormente, a História local vem sendo trabalhada nas séries iniciais do Ensino Fundamental como um recorte da História global assumindo relevância por contribuir para

que o indivíduo se perceba integrante de uma comunidade estabelecendo relações sociais com seu entorno. É uma inserção para reflexões mais amplas sobre formação de identidade e pertencimento. Os livros didáticos trazem a discussão da História Local e da identidade no 6º ano para estudantes na faixa de idade entre 11 e 12 anos. Para os demais anos do Fundamental 2 a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) possibilita trabalhar o assunto de forma transversal com outras temáticas.

O Documento Curricular Referencial para o Ensino Médio divulgado pela Secretaria de Educação do Estado da Bahia orienta sobre os estudos a serem desenvolvidos nos Eixos Estruturadores e Estruturantes do Itinerário Integrado Transdisciplinar para as 1ª, 2ª e 3ª séries. Busca-se neste estágio despertar a compreensão do “sujeito e o seu lugar no mundo: identidade sociocultural” bem como “riquezas e identidade de um povo” (DCRB, 2022: 462).

A história da industrialização brasileira vem sendo trabalhada no 9º ano do Ensino Fundamental 2, com alunos um pouco mais amadurecidos (entre 13 e 14 anos) no processo ensino aprendizagem. Normalmente a temática está associada aos estudos sobre a Primeira República e na sequência à “Era Vargas”, como os livros didáticos normalmente denominam e a discussão sobre a Petrobrás. Em todas essas temáticas, a experiência industrial vivida na Península de Itapagipe pode ser inserida na discussão com os alunos, abordando-se tanto o processo de industrialização quanto as questões referentes a conquista dos direitos trabalhistas.

Guardando as devidas proporções, os professores de História podem se valer das possibilidades que apresentaremos ajustando conforme suas condições de atuação. Sugerimos que o professor inicie a atividade perguntando aos alunos o que eles conhecem ou sabem sobre a história da Península de Itapagipe. A partir das respostas, podem provocá-los com mais perguntas. Nesse processo, o professor deve estar preparado com a leitura prévia de trabalhos acadêmicos sobre a região, assim como adquirir um conhecimento da atualidade itapagipana.

Após estas provocações iniciais, cabe ao professor discorrer sobre os acontecimentos mais gerais explanando sobre os lugares que os discentes conhecem como ruas, praças, monumentos ou fachadas de fábricas, para assim atizar a curiosidade na sala de aula. Pode, inclusive, questioná-los sobre as razões da existência daqueles espaços. Quais os motivos da rua ter sido nomeada Almeida Brandão,² e a avenida se chamar Caminho de Areia?³ Por que foi erguido um monumento ao empresário Luiz Tarquínio no centro da pracinha onde outrora funcionou a Vila Operária e lá ainda permanece? Por que tem uma avenida com o nome do mesmo empresário? O que funcionou em diversas edificações que hoje são galpões, depósitos e ruínas?

Refletir com os alunos que as nomenclaturas das ruas, avenidas e monumentos carregam valores e não estão dissociados da experiência vivida. Instigá-los buscando aguçar ou direcionar a curiosidade despertada nos mesmos para que eles olhem mais detidamente os espaços nos percursos que o caminhar do dia a dia exige. O papel do professor de História é crucial para que os alunos conheçam o processo de construção do patrimônio industrial que deixou marcas da pujança de um passado próspero em Itapagipe mas, principalmente, perceber que esses lugares

2. A Fábrica São Braz foi construída onde antes funcionou uma Usina cujo proprietário foi o fazendeiro Almeida Brandão.

3. Onde hoje é a Avenida Caminho de Areia, passava um bonde que conduzia os passageiros até a Ribeira. Os trilhos foram colocados no trecho que se abriu no areial e por isso ganhou o nome de Caminho de areia.

se encontram impregnados de lembranças das ações dos embates cotidianos dos operários que ali viveram, alguns inclusive que podem ter laços familiares com os estudantes.

Após esse trabalho de preparação dos alunos, uma atividade possível de ser feita para dar materialidade as percepções provocadas é solicitar que eles busquem saber entre os parentes e vizinhos quem conheceu ou trabalhou em fábricas existentes na localidade e as lembranças que guardam. Se os parentes não chegaram a trabalhar em fábricas, mas se conheceram quem trabalhasse. Orientar e preparar os alunos para que eles ouçam as histórias que essas pessoas tenham para contar sobre o trabalho, o lazer, os conflitos. Caso os narradores portem fotografias os estudantes devem solicitar se podem fotografá-las em seus celulares para compartilhar em sala de aula. Fotos do local de trabalho, mas também as que registraram outros lugares que mobilizem sentimentos e emoções como por exemplo um bar que frequentavam, um beco ou praça que jogavam dominó. São espaços que nem sempre são associados ao mundo do trabalho pelos próprios operários, mas que estão intimamente ligados às suas experiências e na prática “criam textos e constroem seus próprios significados, subvertendo a lógica dos sentidos oficiais (CERTEAU, 1982: 17).

Na aula seguinte o professor deve organizar uma rodada de conversa para que essas narrativas e as fotografias sejam compartilhadas, enriquecendo o que cada um colheu, ampliando a compreensão das experiências vivenciadas na localidade.

Outra ação importante nesta etapa é a contextualização das memórias compartilhadas com os acontecimentos mais gerais, evitando que os relatos se reduzam a mera curiosidade ou que sejam percebidos como pitorescos. É preciso que o professor conduza os estudantes a efetuarem as conexões entre os relatos das memórias que eles trouxeram com os acontecimentos da História que eles estão aprendendo na escola. Desta forma, este momento ganha relevância porque não seria apenas o instante em que os alunos iriam relatar o que ouviram. Estariam narrando e conectando com o conhecimento produzido pelos historiadores e deste modo a ação humana estaria se revelando vinculada as diferentes temporalidades.

No trabalho de troca das informações precisamos considerar que os estudantes provocaram as memórias das pessoas com quem conversaram. A memória é a “propriedade de conservar certas informações” e por meio delas “o homem pode atualizar impressões ou informações passadas, ou que ele representa como passadas”. (LE GOFF, 1994: 423)

Neste processo se constroem as identidades individuais e coletivas alimentando o sentimento de reconhecimento e pertencimento e é importante preparar os estudantes de que,

Não se trata de tentar alcançar uma lembrança exata de um passado como se fosse uma substância imutável, mas de estar atento a ressonâncias que se produzem entre passado e presente, entre presente e passado, aquilo que Benjamim chama de ‘experiência’ com o passado (GAGNEBIN, 2009:66).

Estamos consideramos as memórias individuais como resultantes da interação entre o sujeito e o grupo que ele integra. Assim, partilhar memórias de uma experiência alimenta e amplia as referências desta experiência reforçando seus significados. Para Maurice Halbwachs (1990: 34) as lembranças dos indivíduos são reforçadas e ganham validade quando com-

partilhadas com os demais sujeitos que integram o coletivo. Para ele,

Se nossa impressão pode apoiar-se não somente sobre nossa lembrança, mas também sobre a dos outros, nossa confiança na exatidão de nossa evocação será maior, como se uma mesma experiência fosse começada, não somente pela mesma pessoa, mas por várias.

O autor destaca ainda a importância da “comunidade afetiva” no partilhamento e interação dessas lembranças. Ele considera necessário a concordância das memórias e que “haja bastante pontos de contato entre uma e as outras” pois assim a lembrança da experiência pode “ser reconstruída sobre um fundamento comum (Halbwachs, 1990: 34).

Uma rica possibilidade de trabalhar com os estudantes é, depois da preparação inicial, levá-los a realizar uma aula de campo, ao menos com os mais velhos do Ensino Médio, do Supletivo ou EJA e se for possível envolver os que cursam os anos finais do Ensino Fundamental. A proposta é circular por algumas ruas e avenidas observando os registros que ainda permanecem nas edificações e as alterações dos seus usos. Será interessante propor aos alunos que eles tentem identificar no bairro, os espaços que eles ouviram nos relatos memorialísticos que receberam na pesquisa que fizeram com familiares, parentes e vizinhos.

A “dimensão espacial que se oferece ao olhar no contexto urbano, tem marcada sobre si a passagem do tempo” e é possível “buscar, na cidade, a sua História e Memória”. Certamente a ideia não é converter os estudantes a condição de historiadores, mas eles podem ser instados ou despertados a “ter filigranas no olhar para ver” no “espaço transformado, destruído, desgastado, renovado pelo tempo, a cidade do passado” estabelecendo possíveis conexões com os sujeitos que viveram este passado (PESAVENTO, 2004: 26).

Ademais, esta seria uma rica oportunidade de praticar um ensino que ultrapassa as paredes da sala de aula e os muros da escola, possibilitando aos discentes perceber aspectos de uma história que tem seus vestígios na materialidade que eles conhecem. Assim, o estudo da História ganharia significado por tratar de acontecimentos próximos da realidade dos estudantes. Estamos considerando que um ensino de História

(...) que exclui a realidade do aluno, que despreza qualquer experiência da história por ele vivida, impossibilita-o de chegar a uma interrogação sobre sua própria historicidade, sobre a dimensão histórica de sua realidade individual, de sua família, de sua classe, de seu país, de seu tempo... Essa história torna “natural” o fato de o aluno não se ver como um agente histórico, torna-o incapaz de colocar questões ou de perceber os conhecimentos que, a de suas experiências individuais, possam ser base de discussão em sala de aula (CABRINI et al., 2000: 34).

Considerando as dificuldades relacionadas a questão da segurança dos envolvidos (professores e alunos) e os receios de transitar pelas ruas de uma região superpovoada da capital da Bahia, é possível fazer a parte inicial da preparação e em seguida trabalhar com imagens disponibilizadas em diversos estudos sobre a industrialização na área. Um exemplo é a dissertação

de mestrado de Aline de Carvalho Luther (2012). A autora se propôs a fazer um estudo com vista a preservação do patrimônio arquitetônico industrial da Península de Itapagipe e traz uma riqueza de elementos visuais como plantas de instalações e ampliações das fábricas além de fotografias das indústrias catalogadas.

Informações e fotografias das indústrias que funcionaram na Península também podem ser colhidas no *Site* Patrimônio Arquitetônico Industrial que foi criado com o propósito de difundir “pesquisas, atividades e eventos relativos ao campo do Patrimônio Arquitetônico Industrial, entendendo-se por patrimônio industrial os vestígios da cultura industrial e locais onde se desenvolveram atividades sociais relacionadas à indústria”. O *site* não se restringe a inventariar o patrimônio localizado na Península. O objetivo é “catalogar os monumentos industriais nacionais e internacionais, incluindo intervenções propostas e realizadas”, contribuindo com “pesquisadores que trabalham com o patrimônio industrial.”⁴

Ao acessarmos o referido *site*, na janela “inventários” localizamos a identificação de alguns países, incluindo o Brasil e nele curiosamente consta somente a Bahia e ao adentrarmos, chegamos ao link de acesso aos registros de algumas cidades baianas. Dentre as cidades podemos acessar os dados referentes a Salvador. Sobre o patrimônio identificado constam as informações que os criadores do *site* conseguiram coletar como localização, período da construção, arquitetos envolvidos no projeto de construção, área ocupada, usos na atualidade, estado de conservação e uma fotografia da edificação.

Estas são duas das inúmeras possibilidades de acessar imagens de indústrias que existiram e ainda existem na Península. Trabalhar com fotografias como fonte de pesquisa e no Ensino de História requer cuidados específicos e por vezes diferenciados. Marilene da Silva (2000: 125) afirma que as “possibilidades do uso da fotografia para o estudo da história são inquestionáveis”. Contudo, mesmo sendo uma fonte e recurso riquíssimo seu uso requer atenção especial porque “a imagem, mais especificamente, a imagem produzida pela máquina, contém uma aparente carga de isenção, conseqüentemente uma mitificação da verdade, que exige um redobrado cuidado hermenêutico por parte do pesquisador”.

Para trabalhar com fotografias no ensino de história é preciso atentar para o papel de mediadores culturais que as imagens assumem na construção e reflexão do conhecimento histórico. Professores e alunos devem se atentar para o fato de que as imagens que estão acessando são fragmentos de uma realidade, um testemunho material de um acontecimento. Contudo, ali tem uma escolha, um recorte e uma interpretação daquela realidade efetuada pelo fotógrafo. Deste modo, além de discutir sobre o que foi capturado, é preciso refletir sobre os propósitos e sentidos dos que capturaram as imagens. Elas carregam os signos do seu tempo tanto no que vemos revelado, quanto nos dispositivos técnicos disponíveis no período de sua produção.

Nas investigações históricas o pesquisador muitas vezes se vale de séries fotográficas acompanhando as alterações que aparecem nas imagens reveladas e nos aspectos técnicos atentando para observar os avanços tecnológicos que a prática fotográfica vivenciou. Com os alunos da educação básica este recurso se torna enfadonho e é preciso que o professor faça uma seleção

4. <https://patrimonioindustrial.ufba.br/apresentacao> Site organizado e mantido pela Faculdade de Arquitetura da Universidade Federal da Bahia – UFBA. Acessado em: nov/2024

prévia das imagens a serem trabalhadas nas aulas. Ainda assim, é preciso esclarecer para os estudantes sobre os processos de produção e circulação das imagens para que os mesmos não tenham a presença das imagens como prova do que o professor está falando sobre o assunto tratado.

Com base no que foi inicialmente discutido e no material acessado na sala, uma sugestão é instar os alunos a escreverem sobre como eles perceberam esses registros de memória dos trabalhadores na região. Certamente esta não será uma tarefa fácil pela resistência que muitos estudantes demonstram ter atualmente com a escrita. Uma vez incentivados, eles podem escrever sobre as conexões possíveis entre o que ouviram, o material exposto pelo professor(a) e o os lugares que eles identificam nas proximidades dos trajetos que percorrem no dia a dia. Outra possibilidade de atividade final, seria solicitar dos alunos a produção de pequenos vídeos, pelos quais eles apresentariam suas percepções sobre a experiência de aprendizado que tiveram.

Estas são algumas atividades possíveis de serem realizadas com estudantes do Ensino Médio sobre os lugares de memória dos trabalhadores na Península de Itapagipe e que podem contribuir para a promoção de uma reflexão crítica sobre os acontecimentos mais gerais que impactaram suas vidas e de seus familiares possibilitando uma maior compreensão da realidade vivenciada por eles.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A proposta de ensinar História por meio das experiências de vida dos estudantes, seus familiares e vizinhos, conectando memórias dos sujeitos que eles conhecem com o contexto mais geral do conhecimento histórico que eles têm acesso nas aulas e nos livros didáticos, requer que o professor de História se prepare tanto do ponto de vista teórico quanto metodológico. É preciso uma escuta atenta das memórias que os estudantes acessam e trazem. O momento em que ocorre a socialização e partilhamento dessas memórias deve ser valorizado tendo especial cuidado para não hierarquizar as lembranças. As memórias partilhadas devem ser contextualizadas com os acontecimentos mais gerais para que os estudantes percebam suas relações e seus significados mais amplos.

Os registros de alteração da paisagem urbana são carregados de informações, valores e eles permitem acessar elementos do passado e conectá-los com o presente. Esses lugares de memória nos permitem acessar aspectos do contexto do seu surgimento e das alterações vivenciadas ao longo do tempo permitindo aos estudantes compreender a realidade do seu entorno no presente.

Esperamos com este texto contribuir para a reflexão sobre as possibilidades de trabalhar os registros deixados pela experiência da industrialização na Península de Itapagipe com estudantes do Ensino Fundamental (Anos Iniciais e Anos Finais), Ensino Médio e/ou EJA, promovendo um ensino verdadeiramente significativo. Ao identificar e discutir com os estudantes sobre os lugares de memória dos trabalhadores que ali viveram ou ainda vivem o professor de História estará contribuindo para formação de sujeitos críticos e reflexivos.

REFERÊNCIAS

BAHIA. Secretaria de Minas e Energia. Complexo Petroquímico de Camaçari: Plano Diretor, São Paulo: Abril, 1974.

BAHIA. Documento Curricular Referencial da Bahia para o ensino médio (v. 2) / Secretaria da Educação do Estado da Bahia. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2022.

BRASIL. Secretaria de Educação Fundamental. Parâmetros Curriculares Nacionais: História, Geografia / Secretaria de Educação Fundamental. – Brasília: MEC/SEF, 1997.

BRASIL. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, LDB. 9394/1996. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19394.htm. Acesso em: 20 out 2023

CABRINI, C. et al. *Ensino de história: revisão urgente*. São Paulo: EDUC, 2000.

CAMARGO, Maria Vidal de Negreiros. Fratelli Vita: sabor e brilho na Península de Itapagipe. In: FLEXOR, Maria Helena; SCHWEIZER, Peter José (orgs). *Península de Itapagipe: patrimônio industrial e natural*. Salvador: EDUFBA, 2011.

CARDOSO, Ceila Rosana Carneiro. *Arquitetura e indústria: a península de Itapagipe como sítio industrial de Salvador moderna, 1891-1947*. 2004. Dissertação. Mestrado em Teoria e História da Arquitetura. Escola de Engenharia de São Carlos, Universidade de São Paulo – USP, São Paulo, 2004.

CARDOSO, Luis Antonio Fernandes. *Entre Vilas e Avenidas: Habitação Proletária em Salvador na Primeira República*. 1991. Dissertação. Mestrado em Arquitetura e Urbanismo. Faculdade de Arquitetura, Universidade Federal da Bahia - UFBA, Salvador, 1991.

CERTEAU, Michel de. *A escrita da história*. Rio de Janeiro, Forense Universitária, 1982.

FLEXOR, Maria Helena; SCHWEIZER, Peter José (orgs). *Península de Itapagipe: patrimônio industrial e natural*. Salvador, EDUFBA, 2011.

FONTES, Paulo. *Lugares de memória dos trabalhadores*. São Paulo, Alameda, 2023.

GAGNEBIN, Jeane Marie. “Walter Benjamin: memória, história e narrativa”. *Revista Mente Cérebro e Filosofia*. São Paulo, v. 7, 2009.

HALBWACHS, M. *A Memória Coletiva*. São Paulo, Vértice, 1990.

LE GOFF, Jacques. *História e memória*. Campinas, Ed. Unicamp, 1994.

LUTHER, Aline de Carvalho. *Patrimônio arquitetônico industrial na Península de Itapagipe: um*

estudo para a preservação. Dissertação. Mestrado em Conservação e Restauro. Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade Federal da Bahia -UFBA, 2012.

LIVRO de Atas do Conselho. APMS, 14.02.1890.

NORA, Pirre. *Les liex de memóire*. Paris, Éditions Gallimard, 1997.

SANCHES, Tiago Costa. Percursos da didática da história para os anos iniciais no Brasil. 2015. Tese. Doutorado em Educação, Universidade Federal do Paraná UFPR, Curitiba, 2015.

SANTOS, Eulina Nascimento Santos e SILVA, Sérgio Franklin Ribeiro da Silva. “O recolhimento de acervos de instituições privadas extintas: o caso do parque industrial da Cidade Baixa e Península itapagipana da cidade de Salvador”. *Informação Arquivística*, Rio de Janeiro, v. 5, nº 1, p. 3-26, jan./jun., 2016.

SANTOS, Marilécia Oliveira. *O viver na “cidade do bem”*: tensões, conflitos e acomodações na Vila Operária de Luiz Tarquínio, na Boa Viagem – Bahia (1892-1946/47), Salvador, Eduneb, 2017.

SANTOS, Marilécia Oliveira. *Empório da Utopia*: o projeto industrial de Luiz Tarquínio. 2000. Dissertação. Mestrado em História, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas. Universidade Federal da Bahia UFBA, Salvador, 2000.

SANTOS, Mario Augusto. “Crescimento urbano e Habitação em Salvador (1890-1940)”. *Revista de Arquitetura e urbanismo – RUA*. Salvador, v.3, nº 1, p. 20-29, 1990.

SANTOS, Milton. “Localização industrial em Salvador”. *Revista Brasileira de Geografia*, Rio de Janeiro, ano 20, n. 3, p. 334, 454-276, jul./set. 1958.

SILVA, Marilene Rosa N. da. “O poder das imagens e as imagens do poder”. *Revista Ciências Humanas*, Rio de Janeiro, v. 23, nº.1-2, p. 124-142, jun.-dez. 2000.

PATRIMÔNIO Arquitetônico Industrial. Faculdade de Arquitetura da Universidade Federal da Bahia – UFBA. Disponível em: <https://patrimonioindustrial.ufba.br/apresentacao>. Acessado em: nov/2024

PESAVENTO, Sandra Jatahy. “Com os olhos no passado: a cidade como um palimpsesto”. *Revista Esboço*. Santa Catarina, v. 11, nº11. UFSC, 2004.

REY, Emanuel. *Régénération des friches urbaines et développement durable. Vers une évaluation intégrée à la dynamique du projet*. Paris: Librairie Wallonie, 2012.